

DIREITO E SAÚDE MENTAL: UMA LEITURA SOBRE A (RE)INCLUSÃO SOCIAL DOS PACIENTES EM MEDIDA DE SEGURANÇA NO INSTITUTO PSIQUIÁTRICO FORENSE DE PORTO ALEGRE

Coordenador: Cristian Fabiano Guimarães

Introdução Um dos grandes desafios que a sociedade moderna enfrenta é a efetivação dos Direitos Humanos. A proteção à pessoa encaixa-se numa nova tendência jurídica pós Constituição Federal que objetiva os direitos individuais, adquire-se um novo olhar para o sujeito, respeitando e protegendo suas especificidades, diferentemente como ocorria com os conceitos ultrapassados. Com o surgimento da Psicanálise no século XX, entende-se que a felicidade do ser humano só é alcançada com a soma do bem estar físico e mental. Neste sentido o "Projeto Direito e Saúde Mental" foi pensado de forma a unir o Direito e a Psicologia, sobre a perspectiva de analisar a problemática da doença mental no judiciário, dando condições aos acadêmicos dos dois cursos terem contato com a realidade do Instituto Psiquiátrico Forense do Porto Alegre (IPF). Essa realidade se mostra num quadro onde o processo de reabilitação do paciente é dificultoso ou quase impossível, devido à forte institucionalização que não favorece a reinserção social dos pacientes. A relação ensino pesquisa está na discussão de formas criativas e inovadoras de se construir propostas de políticas públicas de inclusão social para os que se encontram em sofrimento mental e que estão cumprindo medida de segurança. Essa proposta está ligada ao Programa de Extensão Educação, Trabalho e Direitos Humanos do Centro Universitário Metodista do Sul que tem como base diretiva para a qualidade da formação do acadêmico a combinação entre o ensino, a pesquisa e a prática extensionista, tendo em vista a formação de juízo crítico acerca da realidade abordada e a comunidade, neste caso, o IPF. Acredita-se que as mudanças só se produzirão através da educação e da reflexão crítica. Esta combinação gera a produção do saber atrelada à realidade, pois o projeto propõe abrir espaços de discussão para potencializar a construção de novas reflexões teóricas e até estratégias inovadoras em oposição à realidade cotidiana dos internos institucionalizados, forma esta tão criticada pela Reforma Psiquiátrica. Estas estratégias levam em consideração o respeito à dignidade da pessoa humana e as novas concepções pós-reforma. É fundamental ressaltar que o projeto não visa qualquer forma de denuncia em relação ao tratamento manicomial em andamento, mas pensar a realização dos direitos humanos e a promoção dos direitos da personalidade de forma a melhorar a qualidade de vida dos pacientes em Medida de Segurança.

Para o alcance dos objetivos do projeto, faz-se necessário o envolvimento dos profissionais do IPF nas discussões a respeito das Medidas de Segurança e nas estratégias de re-inclusão social do paciente internado. O projeto também visa o envolvimento de alunos e docentes dentro do IPF assim que este solicite, ampliando a contribuição do projeto de forma direta, servindo a comunidade em atividades que a mesma julga serem relevantes. Faz mister ressaltar a proposta de estudo sobre os limites e possibilidades do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), pois estes buscam a concretização ou amadurecimentos das propostas antimanicomiais, como forma de re-inclusão social dos pacientes em sofrimento mental. Esse estudo tem como intuito devolver ao IPF benefícios e propostas de acordo com a demanda dessa comunidade. A idéia do Projeto baseia-se nas propostas da Reforma Psiquiátrica brasileira, pensando a construção de dispositivos extra-hospitalares chamados "serviços substitutivos" que articulem redes de inclusão social a partir de ações de base familiar e comunitária. Metodologia Quanto à metodologia de trabalho, o projeto originalmente propunha uma forte inserção no ambiente do Instituto Psiquiátrico Forense através de visitas sistemáticas no local, análise de documentos (tais como prontuários, que permitiriam do quadro psicológico, social e jurídico dos pacientes), entrevistas com os profissionais e realização de atividades demandadas pelos profissionais da instituição. Entretanto, a troca de gestão e outros fatores impossibilitaram esse trabalho, que já estava em vias de começar, de sair do papel. Inviabilizada a proposta original, saídas foram - e continuam sendo - buscadas a fim de que o trabalho possa ocorrer. O projeto abriu-se a outras experiências tais como visitas aos CAPS, cuja observação mostrou-se de grande riqueza ao projeto, bem como visitas ao Hospital Psiquiátrico São Pedro e a participação dos estudantes em um projeto chamado "Oficina de Criatividade". São realizadas visitas sistemáticas ao IPF, havendo uma preparação anterior, em forma de palestra com um profissional desta instituição para aproximar a temática dos estudantes. Como um dos resultados positivos visíveis é uma inicial abertura desta gestão às visitas e às palestras. Resultado e discussões Tendo em vista a inviabilidade de alguns dos principais objetivos do projeto, este se mostrou relutante, pois ao propor uma renovação na metodologia, ampliando tanto as atividades quanto as instituições (Hospital Psiquiátrico São Pedro e Centro de Assistência Psicossocial), fazendo com que a idéia de conhecimento da realidade e a formação de juízo crítico dos estudantes vá se aprimorando, já sendo percebido um real aprofundamento no debate e discussões acerca da temática, tendo gerado, inclusive um Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado em novembro de 2011. Conclusões O projeto está gerando discussão em um campo que é abordado periféricamente pelos dois cursos: tanto pelo Direito, que aborda superficialmente as

medidas de segurança e os fatores que ocasionam a sua aplicação, bem como a Psicologia, em relação à situação dos doentes mentais que estão cumprindo medidas de segurança. Certamente a proposta do Projeto constrói uma ponte entre Direito e Psicologia, e de forma interdisciplinar, estão mais aptos para propor estratégias de inclusão social dos pacientes que se encontram em medida de segurança no IPF.